

# **TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2017 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
TEP – Termoelétrica Potiguar S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

#### *Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

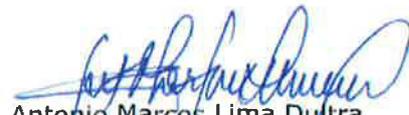
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de abril de 2018

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
Antonio Marcos Lima Dutra  
Contador  
CRC nº 1 BA 021440/O-8

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
<b>CIRCULANTES</b>						<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	297	236	9.176	18.839	Fornecedores	16	-	-	6.530	15.900
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	4.453	3.448	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	6.486	28.368	33.684
Contas a receber	7	-	-	29.494	50.012	Obrigações tributárias	7	364	5.220	6.284	
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	29.533	29.692	Tributos diferidos	10	-	-	1.470	1.382
Adiantamento a fornecedor		-	-	-	25	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.141	1.141
Tributos a recuperar	8	192	928	6.435	6.252	Dividendos e juros sobre o capital próprio		318	-	539	2.172
Estoques		-	-	13.952	9.570	Obrigações sociais e trabalhistas		81	65	499	400
Dividendos e juros sobre o capital próprio		517	3.258	-	-	Partes relacionadas	11	-	-	15	15
Despesas antecipadas		-	-	5	380	Outras contas a pagar		-	-	4.189	6.056
Outras contas a receber	12	460	2	7.774	9.764	Total dos passivos circulantes		406	6.915	47.971	67.034
Total dos ativos circulantes		<u>1.466</u>	<u>4.424</u>	<u>100.822</u>	<u>127.982</u>						
<b>NÃO CIRCULANTES</b>						<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	13.785	11.401	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	203.894	245.517
Tributos a recuperar	8	-	-	6.450	10.639	Partes relacionadas	11	65.851	73.717	65.851	73.717
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	189.507	220.212	Impostos diferidos	10	-	-	12.833	15.927
Outras contas a receber	12	2.234	-	4.768	4.280	Outras contas a pagar		-	-	55	-
Tributos diferidos	10	-	-	-	10.012	Total dos passivos não circulantes		65.851	73.717	282.633	335.161
Partes relacionadas	11	32.508	33.506	32.508	33.506	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Depósitos judiciais		492	491	1.257	1.256	Capital social	19	36.591	36.591	36.591	36.591
Investimentos	13	135.156	146.591	-	-	Reservas de lucros		71.751	70.729	69.921	68.607
Imobilizado	14	-	1	161.563	169.761	Total do patrimônio líquido		108.342	107.320	106.512	105.198
Intangível	15	2.743	2.939	2.765	2.970	Participação de acionistas não controladores		-	-	76.309	84.626
Total dos ativos não circulantes		<u>173.133</u>	<u>183.528</u>	<u>412.603</u>	<u>464.037</u>	Total do patrimônio líquido		108.342	107.320	182.821	189.824
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>174.599</u>	<u>187.952</u>	<u>513.425</u>	<u>592.019</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>174.599</u>	<u>187.952</u>	<u>513.425</u>	<u>592.019</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	89.372	88.950
CUSTOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	22	-	-	(56.986)	(51.433)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.386</u>	<u>37.517</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	22	(742)	(685)	(12.062)	(7.694)
Honorários dos administradores	22	-	-	(640)	(1.476)
Total		<u>(742)</u>	<u>(685)</u>	<u>(12.702)</u>	<u>(9.170)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13	9.818	30.604	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>9.076</u>	<u>29.919</u>	<u>19.684</u>	<u>28.347</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	52	1.951	26.586	56.877
Despesas financeiras	23	(10.476)	(14.493)	(33.495)	(42.113)
Variação cambial líquida	23	-	-	(265)	326
Total		<u>(10.424)</u>	<u>(12.542)</u>	<u>(7.174)</u>	<u>15.090</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.348)</u>	<u>17.377</u>	<u>12.510</u>	<u>43.437</u>
Corrente	20	-	-	(8.169)	(10.577)
Incentivo fiscal	20	-	-	3.912	5.029
Diferido	20	2.688	-	(1.075)	(967)
Total		<u>2.688</u>	<u>-</u>	<u>(5.332)</u>	<u>(6.515)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>1.340</u>	<u>17.377</u>	<u>7.178</u>	<u>36.922</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores	4			1.886	21.503
Acionistas não controladores	4			5.292	15.419
				<u>7.178</u>	<u>36.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.340	17.377	7.178	36.922
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>1.340</u>	<u>17.377</u>	<u>7.178</u>	<u>36.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Reserva para dividendos obrigatórios não distribuídos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		36.591	3.334	44.719	5.299	-	89.943
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.377	17.377
Destinação do lucro:	19						
Constituição de reserva legal		-	869	-	-	(869)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,37 por ação)		-	-	-	4.127	(4.127)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	12.381	-	(12.381)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		36.591	4.203	57.100	9.426	-	107.320
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.340	1.340
Destinação do lucro:	19						
Constituição de reserva legal		-	67	-	-	(67)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,28 por ação)		-	-	-	-	(318)	(318)
Constituição de reserva de lucros		-	-	955	-	(955)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		36.591	4.270	58.055	9.426	-	108.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva para dividendos obrigatórios não distribuídos	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		36.591	3.418	5.299	38.387	-	83.695	87.722	171.417
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(18.515)	(18.515)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.503	21.503	15.419	36.922
Destinação do lucro:	19								
Constituição de reserva legal		-	869	-	-	(869)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,37 por ação)		-	-	4.127	-	(4.127)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	16.507	(16.507)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		36.591	4.287	9.426	54.894	-	105.198	84.626	189.824
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.886	1.886	5.292	7.178
Destinação do lucro:	19								
Constituição de reserva legal		-	67	-	-	(67)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,28 por ação)		-	-	-	-	(318)	(318)	-	(318)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	1.247	(1.247)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(254)	(254)	(13.609)	(13.863)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		36.591	4.354	9.426	56.141	-	106.512	76.309	182.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		1.340	17.377	7.178	36.922
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	197	197	10.841	11.217
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	-	-	1.489	(18.131)
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(1.256)	(1.995)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	17	353	2.025	22.687	27.628
Encargos financeiros de contratos de mútuos, líquidos das receitas	11	9.645	10.049	9.645	9.936
Variação cambial líquida	23	-	-	265	(326)
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17	56	77	176	197
Resultado de equivalência patrimonial	13	(9.818)	(30.604)	-	-
Tributos diferidos		-	-	3.851	(2.042)
Juros e multas a faturar	23	-	-	(8.059)	(20.022)
Reversão do ajuste a valor presente	23	-	-	(16.441)	(10.961)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	28.577	30.882
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	45.816	40.027
Depósito bancários vinculados		-	-	(1.923)	4.518
Adiantamentos a fornecedores		-	-	25	(7)
Impostos a recuperar		1.960	(1.008)	(3.885)	(6.501)
Estoques		-	-	(4.382)	(1.365)
Dividendos a receber		(2.741)	1.322	-	-
Despesas antecipadas		-	-	375	(388)
Depósitos judiciais		(1)	-	(17)	(168)
Juros sobre o capital próprio		2.741	(2.708)	-	-
Outras contas a receber		(2.692)	40	5.264	8.193
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	(7)	(10.544)	(11.319)
Obrigações tributárias		(1.581)	1.221	9.559	9.270
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.346)	(5.637)
Obrigações sociais e trabalhistas		16	1	99	(8)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, líquido do bônus de adimplência	17	(640)	(1.789)	(14.948)	(13.078)
Outras contas a pagar		-	-	(1.812)	(2.944)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(1.165)</u>	<u>(3.807)</u>	<u>79.234</u>	<u>83.898</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Dividendos recebidos	13	23.994	27.772	-	-
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(2.438)	(4.287)
Depósitos bancários vinculados		-	-	(210)	3.105
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>23.994</u>	<u>27.772</u>	<u>(2.648)</u>	<u>(1.182)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio		-	-	(14.882)	(15.247)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(6.255)	(11.233)	(54.854)	(36.741)
Pagamento a partes relacionadas		<u>(16.513)</u>	<u>(12.702)</u>	<u>(16.513)</u>	<u>(20.376)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(22.768)</u>	<u>(23.935)</u>	<u>(86.249)</u>	<u>(72.364)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>61</u>	<u>30</u>	<u>(9.663)</u>	<u>10.352</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	236	206	18.839	8.487
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	297	236	9.176	18.839
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>61</u>	<u>30</u>	<u>(9.663)</u>	<u>10.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. ("Companhia" ou "TEP") é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 04.853.028/0001-22, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2017:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com sede em Manaus – Amazonas. A CEM é uma unidade termoelétrica ("UTE") com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 KW), nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda da energia firme gerada é integralmente transferida para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME"), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S. A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo esse prazo a usina será revertida ao patrimônio da AME sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da planta e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 06 R1 - Operações de Arrendamento Mercantil e à interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

- Água Limpa Energia S.A. ("ALI"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica ("PCH") no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S A. ("ARE"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins é uma pequena central hidrelétrica PCH (11,4 MW) no Rio Palmeiras, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia são de 8 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. Ao final desses prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser

exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente

As PCHs possuem contrato no âmbito da 1ª etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, que tem como objeto a venda da energia contratada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 21 de dezembro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às quais se submetem as partes.

#### Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobrás, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

#### Repactuação de Riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobrás, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética das mesmas e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobrás possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado. Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobrás será compensado com o valor do prêmio devido pelas Controladas, finalizando a compensação no ano de 2020. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2017 na data base de 31 de dezembro de 2017 é de R\$667 para a ARE e R\$962 para a ALI. As Controladas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2018. No exercício de 2017, foram reconhecidos nos resultados das Controladas o montante de R\$900 (R\$1.773 em 2016) para a ARE e R\$1.208 (R\$2.372 em 2016) para a ALI, referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2017 e 2016 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB.

### Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 30 de abril de 2018, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

### Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, Real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) mensurados pelo valor justo no resultado; e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia e suas controladas têm a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia e suas controladas referem-se aos depósitos bancários vinculados.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia e suas controladas referem-se substancialmente a caixa e equivalente de caixa, conta a receber, contratos de mútuo, conta corrente com partes relacionadas e arrendamento mercantil a receber.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados pelo valor justo no resultado.

#### *Deterioração de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuo e conta corrente com partes relacionadas.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

#### Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento de sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa no exercício pelo método linear, durante o período de arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificadas como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a AME e, ao final do contrato, esses bens serão transferidos àquela contratante.

O contrato com a AME, dentre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes, configurou-se o arrendamento mercantil financeiro. Na contabilização inicial do contrato, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas do contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

### Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15.

### Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

### Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o cálculo do IRPJ e CSLL sobre o lucro corrente, a CEM, adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, da base de cálculo desses tributos.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/91 destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas ALI e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis à CEM, com exceção do benefício fiscal e Pronac. No exercício de 2016 as Controladas ALI e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nos prejuízos fiscais não utilizados e nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas ALI e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi paralisada até 2018, quando as Companhias pretendem voltar à tributação com base no lucro real.

#### Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

#### Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Na ALI e ARE a receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

#### Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas, variação cambial e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

#### Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

*Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas*

No exercício corrente a Companhia e suas controladas aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 1º de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 – Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Companhia e suas controladas aplicaram essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que a Companhia e suas controladas possuem como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 – Impostos sobre a Renda
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e de suas controladas, uma vez que a Companhia e suas controladas já avaliou a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
Impactos da adoção	<p>A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia e suas controladas, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios da IAS 39.</p> <p>Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pela IFRS 9.</p>

Norma	CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia e suas controladas em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 – Arrendamento mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia e suas controladas espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

## 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação no capital total (%)	
	2017	2016
Água Limpa Energia S.A.	70	70
Areia Energia S.A.	70	70
Companhia Energética Manauara	60	60

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2017	2016	2017	2016
Controladora	108.342	107.320	1.340	17.377
Baixas do diferido das controladas	(1.830)	(2.122)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	546	4.126
Acionistas controladores	106.512	105.198	1.886	21.503
Acionistas não controladores	76.309	84.626	5.292	15.419
Consolidado	182.821	189.824	7.178	36.922

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	-	-	14	2.469
Aplicações financeiras	297	236	9.162	16.370
Total	297	236	9.176	18.839

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 97% e 106,57% (97% e 104,95% em 2016) da remuneração do CDI.

## 6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	TEP	
	Consolidado	
	2017	2016
Banco da Amazônia S.A. - BASA	13.838	10.439
Caixa Econômica Federal - CEF	4.400	4.410
Total	<u>18.238</u>	<u>14.849</u>
Circulante	4.453	3.448
Não circulante	13.785	11.401
Total	<u>18.238</u>	<u>14.849</u>

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 93,3% e 97% do CDI.

## 7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Valores a vencer	28.811	27.734
Valores a receber (a)	683	22.278
Total	<u>29.494</u>	<u>50.012</u>

(a) Contas a receber decorrentes do transitado em julgado favorável à Companhia em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à AME.

A Companhia e suas controladas, consubstanciadas na análise das contas a receber, não possuem expectativa de perdas relevantes na realização do mesmo, e não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRRF sobre faturamento	-	-	1.362	1.842
IRPJ	-	-	1.652	1.980
CSLL	-	-	716	-
PIS/COFINS/CSLL retido sobre faturamento	-	-	4.982	6.672
IRRF sobre aplicação e outros	102	828	2.205	1.515
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	123	955
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	567	3.412
ICMS	-	-	-	-
Outros	90	100	1.278	515
Total	<u>192</u>	<u>928</u>	<u>12.885</u>	<u>16.891</u>
Circulante	192	928	6.435	6.252
Não circulante	-	-	6.450	10.639
Total	<u>192</u>	<u>928</u>	<u>12.885</u>	<u>16.891</u>

## 9. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ano de vencimento:		
2017	-	29.692
2018	30.341	29.692
2019	30.875	29.093
2020 a 2025	<u>214.281</u>	<u>229.185</u>
Total	275.497	317.662
Ajuste a valor presente	<u>(56.457)</u>	<u>(67.758)</u>
Total	<u>219.040</u>	<u>249.904</u>
Circulante	29.533	29.692
Não circulante	<u>189.507</u>	<u>220.212</u>
Total	<u>219.040</u>	<u>249.904</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		260.839
Reversão de ajuste a valor presente		18.131
Atualização monetária		10.961
Baixa por realização		<u>(40.027)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		249.904
Atualização monetária		(1.489)
Reversão de ajuste a valor presente		16.441
Baixa por realização		<u>(45.816)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>219.040</u>

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	<u>Alíquota</u>	<u>Consolidado</u> <u>2016</u>
Prejuízos fiscais acumulados		18.710
Bases negativas acumuladas		19.236
Diferenças temporárias:		
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(1.461)
Despesas pré-operacionais		4.903
Ativo diferido eliminado na consolidação		<u>7.157</u>
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		29.309
Total de bases negativas e diferenças temporárias		29.835
Imposto de renda	25%	7.327
Contribuição social	9%	2.685
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>10.012</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		10.508
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(496)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>10.012</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.012
Diferenças temporárias (c)	(2.395)
Baixa de diferido (c)	(1.209)
Deságio na venda de crédito (b)	(3.572)
Venda de crédito tributário (a)	(2.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-

- (a) Os tributos diferidos com base no prejuízo fiscal e base negativa, foram cedidos através da Ata de Reunião de Conselho da Administração (RCA) para Companhia Energética Potiguar – CEP, através da MP 783/2017 que permitiu a cessão de crédito para quitação de dívidas através da compensação de prejuízos fiscais e base negativa no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.
- (b) Após negociação, as partes chegaram a uma proposta de preço da venda dos créditos por R\$3.572, o que corresponde a um deságio de 55,74%, definindo o prazo de pagamento em 71 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.
- (c) O tributo diferido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação foram baixados em 2017. Com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros a Companhia entende que não há expectativa de utilização dos saldos ativos uma vez que a tributação com base no lucro presumido demonstra ser mais atrativo que o lucro real, impossibilitando assim a compensação do ativo fiscal diferido.

Saldo de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa diferidos	11.783
Deságio na venda dos créditos	(6.259)
Saldo a receber em 71 parcelas	5.524
Circulante	933
Não circulante	4.591
Total	5.524

#### Tributos diferidos passivos

	Consolidado	
	2017	2016
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
- Imposto de renda e contribuição social	(1.440)	(339)
- PIS e COFINS diferidos	1.470	1.382
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	14.273	16.266
Total	14.303	17.309
Circulante	1.470	1.382
Não circulante	12.833	15.927
Total	14.303	17.309

- (a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, art. 409, Decreto-Lei nº 1.598/77, artigo 10, §3, IN SRF nº 21/79, Lei nº 9.718/1998, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 06, calculados a alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

## 11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

			Controladora						
			2017			2016			
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
<u>Mútuo</u>									
	Companhia Energética Potiguar	(b)	3,6% a.a. + CDI	-	57.158	(7.577)	-	55.063	(8.594)
	RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	(d)	IGPM	32.508	-	188	33.506	-	2.248
	Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.		3,6% a.a. + CDI	-	1.739	(609)	-	3.729	(716)
	Companhia Energética Manauara	(a)	IGPM	-	-	-	-	-	(190)
	Jones Aranha de Sá		3,6% a.a. + CDI	-	6.954	(1.647)	-	14.925	(2.874)
	Areia Energia S.A.	(b)	30% do IGPM	-	-	-	-	-	3
	Água Limpa Energia S.A.	(b)	30% do IGPM	-	-	-	-	-	74
	Total			32.508	65.851	(9.645)	33.506	73.717	(10.049)
	Circulante			-	-	-	-	-	-
	Não Circulante			32.508	65.851	-	33.506	73.717	-
	Total			32.508	65.851	-	33.506	73.717	-
<u>Outras contas a receber</u>									
	Companhia Energética Potiguar	(e)	sem encargos	2.688	-	-	-	-	-
				2.688	-	-	-	-	-
			Consolidado						
			2017			2016			
Ref.	Encargos incidentes		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
<u>Mútuo</u>									
	Companhia Energética Potiguar		3,6% a.a. + CDI	-	57.158	(7.577)	-	55.063	(8.594)
	RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	(d)	IGPM	32.508	-	188	33.506	-	2.248
	Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	(b)	3,6% a.a. + CDI	-	1.739	(609)	-	3.729	(716)
	Jones Aranha de Sá		3,6% a.a. + CDI	-	6.954	(1.647)	-	14.925	(2.874)
	Subtotal mútuo			32.508	65.851	(9.645)	33.506	73.717	(9.936)
<u>Conta corrente</u>									
	Companhia Energética Candeias	(c)	sem encargos	-	15	-	-	15	-
	Subtotal conta corrente			-	15	-	-	15	-
	Total			38.032	65.866	(9.645)	33.506	73.732	(9.936)
	Circulante			-	15	-	-	15	-
	Não Circulante			38.032	65.851	-	33.506	73.717	-
	Total			38.032	65.866	-	33.506	73.732	-
<u>Outras contas a receber</u>									
	Companhia Energética Potiguar	(e)	sem encargos	5.524	-	-	-	-	-
				5.524	-	-	-	-	-

Recursos recebidos da controlada CEM e empresa ligada, para repasse as controladas ALI e ARE.

- Recursos repassados as controladas ALI e ARE para a viabilização da construção das PCHs Água Limpa e Areia, convertidos em mútuos.
- Os valores registrados como conta corrente com as controladas e empresas ligadas, constituem reembolso de despesas e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.
- Valores aportados nas controladas ALI e ARE de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- Valores aportados nas controladas ALI e ARE de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- Outras contas a receber em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), da Controladora e suas controladas Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A., em 71 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2018.

## 12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Eletróbrás - CCC-ISOL (a)	-	-	4.897	3.434
Adiantamento a fornecedor	-	-	857	4.074
Wartsilla Finland OY (b)	-	-	-	2.497
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	774	2.044
Venda de crédito tributário PERT	2.688	-	5.524	-
Outras	6	2	490	1.995
<b>Total</b>	<b>2.694</b>	<b>2</b>	<b>12.542</b>	<b>14.044</b>
Circulante	460	2	7.774	9.764
Não circulante	2.234	-	4.768	4.280
<b>Total</b>	<b>2.694</b>	<b>2</b>	<b>12.542</b>	<b>14.044</b>

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletróbrás diretamente ao fornecedor e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A Companhia efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletróbrás junto ao fornecedor.

- (b) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.

## 13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	2017					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
CEM	27.000	60%	50.000	128.687	(31.059)	7.139
ALI	28.902	70%	41.288	42.710	(2.931)	5.220
ARE	27.968	70%	39.954	40.068	(808)	2.687
	2016					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
CEM	27.000	60%	50.000	152.607	(46.287)	34.529
ALI	28.902	70%	41.288	40.421	-	8.763
ARE	27.968	70%	39.954	38.189	-	5.362

Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladas			Total
	ALI	ARE	CEM	
Saldo em 31/12/2015	22.161	22.979	98.619	143.759
Resultado de equivalência patrimonial	6.134	3.753	20.717	30.604
Dividendos recebidos	-	-	(27.772)	(27.772)
Saldo em 31/12/2016	28.295	26.732	91.564	146.591
Resultado de equivalência patrimonial	3.654	1.881	4.283	9.818
Dividendos recebidos	(2.052)	(566)	(18.635)	(21.253)
Saldo em 31/12/2017	<u>29.897</u>	<u>28.047</u>	<u>77.212</u>	<u>135.156</u>

## 14. IMOBILIZADO

	Controladora			Consolidado								
	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos	Reservatório, Barragens e adutoras	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação	10%	20%		(a)	(a)	10%	(a)	(a)	20%		20%	
<u>Custo corrigido</u>												
Saldos em 31/12/15	9	11	20	1.313	40.331	246	90.223	96.584	89	72	35	228.893
Adições	-	-	-	-	-	1	3.527	-	66	693	-	4.287
Transferências	-	-	-	-	9	-	-	-	-	(9)	-	-
Saldos em 31/12/16	9	11	20	1.313	40.340	247	93.750	96.584	155	756	35	233.180
Adições	-	-	-	-	503	16	1.668	22	30	140	59	2.438
Transferências	-	-	-	-	123	20	61	528	1	(740)	7	-
Saldos em 31/12/17	9	11	20	1.313	40.966	283	95.479	97.134	186	156	101	235.618
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldos em 31/12/15	(7)	(11)	(18)	(305)	(8.430)	(205)	(20.895)	(22.504)	(48)	-	(20)	(52.407)
Adições	(1)	-	(1)	(65)	(1.956)	(9)	(4.377)	(4.556)	(42)	-	(7)	(11.012)
Saldos em 31/12/16	(8)	(11)	(19)	(370)	(10.386)	(214)	(25.272)	(27.060)	(90)	-	(27)	(63.419)
Adições	(1)	-	(1)	(58)	(1.852)	(19)	(4.397)	(4.270)	(31)	-	(9)	(10.636)
Saldos em 31/12/17	(9)	(11)	(20)	(428)	(12.238)	(233)	(29.669)	(31.330)	(121)	-	(36)	(74.055)
Saldos líquidos em 31/12/17	-	-	-	885	28.728	50	65.810	65.804	65	156	65	161.563
Saldos líquidos em 31/12/16	1	-	1	943	29.954	33	68.478	69.524	65	756	8	169.761

(a) As controladas ALI e ARE adotam o prazo remanescente de autorização para produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como a vida útil econômica dos bens de geração e transmissão de energia, quando este é menor, haja vista que não havendo prorrogação das autorizações, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

As controladas ALI e ARE possuem edificações, obras civis e benfeitoria, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$83.646 e R\$73.471 respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (2016, R\$88.658 e R\$76.257), líquidos de depreciação.

## 15. INTANGÍVEL

		2017		2016	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Controladora</u>					
Direitos de outorga	4,8%	<u>4.100</u>	<u>(1.357)</u>	<u>2.743</u>	<u>2.939</u>
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	42	(36)	6	14
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(10)	16	17
Direitos de outorga	4,8%	<u>4.100</u>	<u>(1.357)</u>	<u>2.743</u>	<u>2.939</u>
Total		<u>4.168</u>	<u>(1.198)</u>	<u>2.765</u>	<u>2.970</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE – Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.135	3.175
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(205)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.939	2.970
Amortização	<u>(196)</u>	<u>(205)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.743</u>	<u>2.765</u>



- (b) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas ALI e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000 (ALI) e R\$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.
- (c) Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas ALI e ARE, no montante de R\$29.460 (ALI) e R\$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.
- (d) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, através de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.
- (e) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia - BASA, nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133 respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e compra de máquinas para a usina termoelétrica e os demais para viabilizar a conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 8,50%, 8,50% e 2,94% ao ano, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.126	10.280	17.406	33.186	268.009	301.195
Juros e variações monetárias provisionados	2.025	-	2.025	27.628	-	27.628
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(1.789)	-	(1.789)	(13.078)	-	(13.078)
Amortização dos custos de captação	77	-	77	197	-	197
Transferências	10.280	(10.280)	-	22.492	(22.492)	-
Pagamentos	(11.233)	-	(11.233)	(36.741)	-	(36.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.486	-	6.486	33.684	245.517	279.201
Juros e variações monetárias provisionados	353	-	353	22.687	-	22.687
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(640)	-	(640)	(14.948)	-	(14.948)
Amortização dos custos de captação	56	-	56	176	-	176
Transferências	-	-	-	41.623	(41.623)	-
Pagamentos	(6.255)	-	(6.255)	(54.854)	-	(54.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	28.368	203.894	232.262

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2017	2016
2018	-	25.852
2019	19.386	23.354
2020	20.003	22.254
2021	20.643	22.554
2022 em diante	143.862	151.503
Total	203.894	245.517

### Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

#### Termoeletrica Potiguar S.A.

O Contrato estabelece que a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio só poderá ocorrer quando o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) estiver abaixo de 1,3.

#### Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado na Água Limpa Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R\$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interveniente – Companhia Energética Manauara; e (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$3.905.

Foi firmado na Areia Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 27.967.968 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 11.986.272 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$23.912; (vi) Hipoteca do Terreno de 121,348 hectares e suas Benfeitorias; (vii) Interveniente – Cia Energética Manauara; e (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$3.009.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida (*)	Maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio líquido / Passivo total (*)	Maior ou igual a 23 %
Capital social / Investimento total (*)	Maior ou igual a 23 %
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	Três vezes o serviço da dívida 10% do faturamento dos seis primeiros meses

(\*) Caixa Econômica Federal.

(\*\*) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

<u>Tipo do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
FNO 1	(a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina e linha de transmissão); (b) extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; e (c) penhor cedular: 1 - dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2 - dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre a AME e a Companhia; 3 - dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a Companhia; 4 - de ações do capital social da Companhia; e 5 - de ações ordinárias nominativas do capital da Companhia.
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a AME e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>	<u>Instituição</u>
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FNO	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FNO	BASA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

## 18. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e ALI são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada as PCHs. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações das PCHs. Contudo, a controlada já possui a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2017, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$265 (2016, R\$265). Os assessores jurídicos da controlada consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração das controladas, não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal. Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma a ALI efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2017, a CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$36.591 está representado por 11.259.420 ações ordinárias, sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	9.007.536	80%
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	2.251.884	20%
Total	11.259.420	100%

## b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Em 2017, houve constituição de R\$67.

## c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2017, Administração da Companhia Energética Manauara aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$33.355 (R\$0,22 por lote de mil ações) referente a lucros a distribuir do exercício anterior, sendo R\$6.388 a título de juros sobre o capital próprio previamente já autorizado e R\$26.967 de saldo de lucro do exercício de 2016 a distribuir conforme disponibilidade de caixa. O saldo de referente a minoritário R\$10.787.

Em 2017, a Administração da Companhia Energética Manauara aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$4.092 (R\$0,03 por lote de mil ações), líquidos de impostos. O saldo de referente a minoritário R\$1.637.

Em 2017, a Administração da Água Limpa Energia S.A. aprovou em Ata de Reunião do Conselho a distribuição de R\$2.931 referentes a distribuição antecipada de dividendos, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram parcialmente distribuídos. O saldo de referente a minoritário R\$879.

Em 2017, foi deliberada em Ata da Areia Energia S.A. na Reunião do Conselho da Administração (RCA) a distribuição de dividendos no montante de R\$808. O saldo de referente a minoritário R\$242.

Em 2017, a Controladora destinou os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$318, sendo R\$254 aos acionistas majoritários e R\$64 para os minoritários.

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	1.340	17.377
Reserva legal	(67)	(869)
Base para dividendos	<u>1.273</u>	<u>16.508</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>318</u>	<u>4.127</u>

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.510	43.437
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(4.254)	(14.769)
Diferenças temporárias e permanentes		
CPC 06	(4.794)	2.068
Despesas indedutíveis	2.937	2.533
Impostos correntes sobre lucro real	(6.111)	(10.168)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(2.058)	(409)
Imposto de renda e contribuição social	(8.169)	(10.577)
Incentivos fiscais do imposto de renda	3.912	5.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.075)	(967)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.332)	(6.515)

Na controladora em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada controlada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), foi reconhecido em 2017 imposto sobre diferido no resultado referente tal operação, no montante de R\$2.688.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2017	2016
Receita de venda de energia	138.271	134.652
Deduções de vendas		
ICMS	(33.742)	(31.146)
PIS	(2.546)	(2.447)
COFINS	(11.732)	(11.297)
P&D	(879)	(812)
Total	89.372	88.950

## 22. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos e despesas com pessoal	(415)	(352)	(5.243)	(4.827)
Materiais	-	-	(25.286)	(26.817)
Depreciação e amortização	(197)	(197)	(10.841)	(11.217)
Taxas de utilização do sistema de transmissão	-	-	(874)	(735)
Custos com manutenção e operação	-	-	(4.711)	(1.411)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(41)	(42)
Custos e despesas com seguros	-	-	(631)	(726)
Despesas com viagens e comunicações	-	-	(442)	(402)
Serviços de terceiros	(95)	(70)	(15.567)	(11.625)
Assessoria e consultoria	-	-	(4.730)	(1.868)
Tributos	(19)	(18)	(420)	(811)
Custos com óleos combustíveis	-	-	(1.128)	(1.032)
Outros	(16)	(48)	226	910
Total	(742)	29.919	(69.688)	(60.603)
Classificados como:				
Custos de manutenção e operação	-	-	(56.986)	(51.433)
Gerais e administrativas	(742)	(685)	(12.062)	(7.694)
Honorários dos administradores	-	-	(640)	(1.476)
Total	(742)	29.919	(69.688)	(60.603)

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	TEP		TEP	
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações	25	49	2.764	3.356
Juros de mútuo	-	2.325	-	2.248
Juros e multa a faturar (a)	-	-	8.059	20.022
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	16.441	10.961
Atualização monetária do arrendamento mercanti	-	-	(1.489)	18.131
Pis e Cofins sobre receita financeira	(48)	(467)	(1.484)	(609)
Outras receitas	75	44	2.295	2.768
Total receitas financeiras	52	1.951	26.586	56.877
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(353)	(2.025)	(22.687)	(27.628)
Amortização dos custos de captação	(56)	(77)	(56)	(197)
Juros de mora	-	-	(54)	(1.297)
Juros e multa s/impostos	(2)	(3)	(6)	(438)
Juros s/mútuos	(9.833)	(12.374)	(9.833)	(12.184)
Pis e Cofins sobre JSCP	(228)	-	(228)	-
Outras despesas	(4)	(14)	(631)	(369)
Total despesas financeiras	(10.476)	(14.493)	(33.495)	(42.113)
Variação cambial líquida	-	-	(265)	326
Resultado financeiro	<u>(10.424)</u>	<u>(12.542)</u>	<u>(7.174)</u>	<u>15.090</u>

(a) Ver nota explicativa nº 7

## 24. SEGUROS

As controladas ALI, ARE e CEM possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2017, as controladas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	ALI	ARE	CEM
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	105.935	105.935	1.052.943
Lucros cessantes	29.131	29.131	-
Responsabilidade civil	-	-	11.556

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

*Gestão do capital social* – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

*Estrutura de gerenciamento de risco* – a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

#### Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

#### Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

*Taxa de juros* – Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundo das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

*Política de preços (ambiente regulatório)* – o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

*Quanto à escassez de energia* – As controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

*Quanto à escassez de combustível* – A controlada CEM gera energia por meio de UTE, numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria em redução de receita e aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora					Total
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes a caixa	297	-	-	-	-	297
Dividendos e juros sobre capital próprio	517	-	-	-	-	517
Partes relacionadas	-	-	-	-	32.508	32.508
Outras contas a receber	460	454	454	454	872	2.694
Total	<u>1.274</u>	<u>454</u>	<u>454</u>	<u>454</u>	<u>33.380</u>	<u>36.016</u>
	Controladora					
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
<u>Passivos financeiros</u>						
Obrigações tributárias	7	-	-	-	-	7
Dividendos e juros sobre capital próprio	318	-	-	-	-	318
Obrigações trabalhistas e sociais	81	-	-	-	-	81
Partes relacionadas	-	-	-	-	65.851	65.851
Total	<u>406</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.851</u>	<u>66.257</u>

	Consolidado					
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	9.176	-	-	-	-	9.176
Partes relacionadas	-	-	-	-	32.508	32.508
Contas a receber	29.494	-	-	-	-	29.494
Arrendamento mercantil a receber	29.533	30.341	30.875	30.875	97.416	219.040
Depósitos bancários vinculados	4.453	-	-	-	13.785	18.238
Outras contas a receber	7.774	1.841	1.841	1.086	-	12.542
<b>Total</b>	<b>80.430</b>	<b>32.182</b>	<b>32.716</b>	<b>31.961</b>	<b>143.709</b>	<b>320.998</b>

	Consolidado					
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	6.530	-	-	-	-	6.530
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.368	19.386	20.003	20.643	143.862	232.262
Obrigações tributárias	5.220	-	-	-	-	5.220
IRPJ e CSLL	1.141	-	-	-	-	1.141
Dividendos e juros sobre capital próprio	539	-	-	-	-	539
Obrigações sociais e trabalhistas	499	-	-	-	-	499
Partes relacionadas	15	-	-	-	65.851	65.866
Outras contas a pagar	4.189	55	-	-	-	4.244
<b>Total</b>	<b>46.501</b>	<b>19.441</b>	<b>20.003</b>	<b>20.643</b>	<b>209.713</b>	<b>316.301</b>

### Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando a receita bruta, saldos de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Risco	Controladora						
		Cenário			Contábil	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III				
			25%	50%			25%	50%
<b>Passivos</b>								
Contratos de mútuo	Alta do CDI	6,88%	8,60%	10,32%	(65.851)	(70.382)	(71.514)	(72.647)
			Total dos passivos		(65.851)	(70.382)	(71.514)	(72.647)
<b>Ativos</b>								
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,88%	5,16%	3,44%	297	277	282	287
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	6,88%	5,16%	3,44%	32.508	30.271	30.831	31.390
			Total dos ativos		37.015	30.548	31.112	31.677
			Total		<u>(28.836)</u>	<u>(39.834)</u>	<u>(40.402)</u>	<u>(40.970)</u>

Modalidade	Risco	Consolidado						
		Cenário			Contábil	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III				
			25%	50%			25%	50%
<b>Passivos</b>								
Empréstimos e financiamentos - CEF	Alta da TJLP	6,75%	8,44%	10,13%	(71.145)	(75.947)	(77.148)	(78.348)
Empréstimos e debêntures - BASA	Alta do CDI	6,88%	8,60%	10,32%	(162.343)	(173.301)	(176.041)	(178.780)
Contratos de mútuo	Alta do CDI	6,88%	8,60%	10,32%	(65.851)	(70.296)	(71.407)	(72.518)
			Total		(299.339)	(319.544)	(324.596)	(329.647)
<b>Ativos</b>								
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,88%	5,16%	3,44%	9.162	8.544	8.389	8.234
Depósitos vinculados	Baixa do CDI	6,88%	5,16%	3,44%	18.238	17.007	16.699	16.391
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	6,88%	5,16%	3,44%	32.508	30.314	29.765	29.217
Receita de Venda	Baixa do IGP-M	4,50%	3,38%	2,25%	187.989	175.300	172.127	168.955
			Total		247.897	231.164	226.981	222.797
			Total		<u>(51.442)</u>	<u>(88.380)</u>	<u>(97.615)</u>	<u>(106.850)</u>

\* Fonte: Banco Santander

### Instrumentos financeiros derivativos – Manauara

O contrato de emissão das debêntures mencionado na nota explicativa nº 16 permite a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM optar por converter em ações preferenciais ou ordinárias as debêntures subscritas, até o limite de 15% do montante das debêntures subscritas. Esta opção concedida à SUDAM caracteriza um derivativo, a ser reconhecido nas demonstrações financeiras. De acordo com o pronunciamento CPC 38 – Instrumento Financeiro: Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende não haver mais saldo de valor justo deste derivativo no valor no passivo não circulante.

## 26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.231 (Água Limpa) R\$1.837 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$478 (Água Limpa) e R\$376 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.215 (Água Limpa) e R\$1.003 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2018.
- Assessoria e gestão no valor de R\$538 (Água Limpa) e R\$458 (Areia), com vigência indeterminada.

## 27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

### Exercício de 2017 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.342 (Água Limpa), R\$4.905 (Areia) e R\$13.303 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.036 (CEM).

### Exercício de 2016 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.377 (Água Limpa), R\$1.632 (Areia), R\$4.626 (CEM).
- Compensação do CCC da Eletrobrás de R\$26.180 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$904 (CEM).
- Distribuição de dividendos com compensação de saldo com partes relacionadas R\$9.067 (CEM).

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2018 os contratos de seguro das suas Controladas (ALI e ARE) foram renovados com coberturas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.